



Estado de Mato Grosso  
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

**PROJETO DE LEI N.º 15/2022**

*“Dispõe sobre definição de critérios para produção de justificação administrativa, com o objetivo de comprovação e verificação do cumprimento de requisitos legais para fins de concessão de benefícios previdenciários, e regulamenta a Comissão de Justificação Administrativa, e dá outras providências.”*

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**TÍTULO ÚNICO**

**Da Justificação Administrativa no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Xavantina, Mato Grosso, (PREVINX)**

**CAPÍTULO I**

**Das Disposições Gerais e Preliminares**

**Art. 1º** Para efeito do disposto na Lei Municipal nº 1.189 de 02 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina-MT, e dá outras providências, vem regulamentar o procedimento de Justificação Administrativa no Fundo de previdência Municipal de Nova Xavantina-MT (PREVINX).

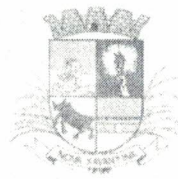
**Art. 2º** A Diretoria do Fundo Municipal de previdência Social deverá analisar os requerimentos administrativos de concessão de benefícios previdenciários, observados os requisitos legais exigidos.

**Art. 3º** Sempre que houver necessidade de suprir a falta ou insuficiência de documento, ou produzir prova de fato ou circunstância de interesse dos beneficiários, perante a PREVINX, poderá ser instaurado procedimento de Justificação Administrativa (JÁ), mediante requerimento do interessado e sem ônus.

§ 1º Não será admitida a justificação administrativa quando o fato a comprovar exigir registro público de casamento, de idade ou de óbito, ou de qualquer ato jurídico para o qual a lei prescreva forma especial.

§ 2º A justificação administrativa é parte do processo de atualização de dados ou de reconhecimento de direitos.

§ 3º Quando a concessão do benefício depender de documento ou de prova de ato ao qual o segurado não tenha acesso, exceto quanto a registro público ou início de prova material, a justificação administrativa será oportunizada.



**Estado de Mato Grosso**  
**Prefeitura Municipal de Nova Xavantina**

---

**Art. 4º** O processamento da JA, para fins de comprovação de tempo de serviço ou de contribuição, dependência econômica, união estável, identidade e relação de parentesco só produzirão efeitos quando baseadas em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal.

**Art. 5º** Deverá ser emitido carta de comunicação ao interessado, cientificando do prazo máximo de trinta dias para a apresentação do pedido da JA, com o devido registro no sistema corporativo de benefícios ou de atualização de dados.

**Art. 6º** O início de prova material deve ser contemporâneo aos fatos alegados.

**Art. 7º** Servem como prova material, dentre outros, no que couber, os documentos citados nesta lei, ou mesmo em decretos regulamentares editados conjuntamente pela Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Curador da PREVINX.

**Art. 8º** Para o processamento de justificação administrativa, o interessado deverá apresentar requerimento no qual exponha, clara e minuciosamente, os pontos que pretende justificar, além de indicar testemunhas idôneas, em número não inferior a 03 (três) nem superior a 06 (seis), cujos depoimentos possam levar à convicção da veracidade do que se pretende comprovar.

*Parágrafo único.* As testemunhas, no dia e nos horários marcados, serão inquiridas a respeito dos pontos que forem objeto da justificação de que trata o caput.

**Art. 9º** A justificação administrativa será avaliada globalmente quanto à forma e ao mérito, valendo perante PREVINX, para os fins especificamente visados, caso considerado eficaz.

**Art. 10.** A homologação da justificação judicial processada com base em prova exclusivamente testemunhal dispensa a justificação administrativa, desde que complementada com início de prova material contemporânea dos fatos.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Comissão de Processamento e do Procedimento da Justificação Administrativa**

**Art. 11.** A justificação Administrativa será processada e conduzida por Comissão de Justificação Administrativa, instalada por solicitação da **Autoridade Competente para deferimento do benefício ou reconhecimento do objeto da justificação**, nos casos e nas hipóteses legais de cabimento, bem como a requerimento dos interessados, na forma da prevista nesta lei.





**Estado de Mato Grosso**  
**Prefeitura Municipal de Nova Xavantina**

---

**Art. 12.** A Comissão de Justificação Administrativa será composta por 3 (três) servidores efetivos, e/ou aposentados, e designados por ato da **Autoridade Competente para deferimento do benefício ou reconhecimento do objeto da justificação**, cabendo a esta a designação do respectivo Presidente da Comissão.

**Art. 13.** É impedido de atuar como integrante da Comissão de Justificação Administrativa o servidor que:

I - for parente, consanguíneo ou afim, do interessado, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau; e

II - quando estiver postulando no processo administrativo, como advogado do interessado, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta; ou na linha colateral até o segundo grau.

**Art. 14.** Reputa-se suspeita a parcialidade do integrante da Comissão quando:

I - amigo íntimo ou inimigo capital do interessado;

II - o interessado for credor ou devedor do integrante, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau;

III - herdeiro presuntivo ou donatário do interessado;

IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o processo; e

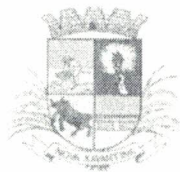
V - interessado no julgamento da causa em favor do interessado.

*Paragrafo único.* Nos casos de impedimento, suspeição ou ausência de um dos integrantes da Comissão, poderá ser designado *ad hoc* outro servidor.

**Art. 15.** A Comissão de Justificação Administrativa poderá solicitar, através de comunicação prévia ao Requerente, que apresente complementação de documentos, testemunhas idôneas, em número não inferior a 03 (três) nem superior a 06 (seis), cujos depoimentos possam levar à convicção da veracidade do que se pretende comprovar, caso haja necessidade durante a análise do pedido, ou a realização de quaisquer atos necessários a produção das provas objeto da justificação.

**Art. 16.** Em dia e hora marcados, as testemunhas serão inquiridas a respeito dos pontos que forem objeto da justificação, não sendo o justificante obrigado a permanecer presente à oitiva.

**Art. 17.** Por ocasião do processamento de justificação administrativa, será lavrado o Termo de Assentada, consignando-se a presença ou ausência do justificante ou de seu procurador, para, posteriormente, passar-se à inquirição das testemunhas e tomar a termo os depoimentos.



**Estado de Mato Grosso**  
**Prefeitura Municipal de Nova Xavantina**

---

**Art. 18.** As testemunhas deverão ser ouvidas separadamente, de modo que o depoimento de uma nunca seja presenciado ou ouvido por outra.

**Art. 19.** Dos Termos de Depoimentos deverão constar, inicialmente, a qualificação da testemunha, consignando-se o nome completo, a nacionalidade, a naturalidade, o estado civil, a profissão, especificando o cargo ou a função, a idade e o endereço residencial, à vista do seu documento de identificação, que será mencionado.

**Art. 20.** A testemunha será advertida das penas cominadas no art. 299 do Código Penal em caso de falso testemunho.

**Art. 21.** O requerimento será lido em voz alta pelo Presidente da Comissão ou, sinteticamente, explicitado, para que a testemunha ou o depoente se inteirem do conteúdo do processo.

**Art. 22.** Se o justificante estiver presente no ato da indagação da testemunha, poderá formular perguntas, as quais serão dirigidas ao Presidente da Comissão, que as formulará à testemunha, podendo indeferir as que entender impertinentes, fazendo constar do termo a ocorrência.

**Art. 23.** Terminada a oitiva de cada depoente, o termo será lido e assinado pelos integrantes da Comissão, pelo próprio depoente, pelo justificante ou seu procurador, se presentes, que deverão, também, obrigatoriamente, rubricar todas as folhas.

**Art. 24.** Não podem ser testemunhas:

I - o que, acometido por enfermidade ou por debilidade mental à época de ocorrência dos fatos, não podia discerni-los; ou, ao tempo sobre o qual deve depor, não estiver habilitado a transmitir as percepções;

II - os menores de dezesseis anos;

III - o cego e o surdo, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam;

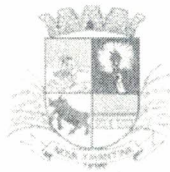
IV - o cônjuge, bem como o ascendente e o descendente em qualquer grau;

V - o colateral, até terceiro grau, assim como os irmãos e as irmãs, os tios e tias, os sobrinhos e sobrinhas, os cunhados e as cunhadas, as noras e os genros ou qualquer outro por consanguinidade ou por afinidade do Requerente;

VI - o que é parte interessada;

VII - o que intervém em nome do Requerente;

VIII - o condenado por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença.



**Estado de Mato Grosso**  
**Prefeitura Municipal de Nova Xavantina**

---

**CAPÍTULO III**

**Da comprovação de União Estável e da Dependência Econômica**

**Art. 25.** Para fins de comprovação da união estável e da dependência econômica, conforme o caso devem ser apresentados, no mínimo, três dos seguintes documentos:

- I - certidão de nascimento de filho havido em comum;
- II - certidão de casamento religioso;
- III - declaração do imposto de renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente;
- IV - disposições testamentárias;
- V - declaração especial feita perante tabelião;
- VI - prova de mesmo domicílio;
- VII - prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;
- VIII - procuração ou fiança reciprocamente outorgada;
- IX - conta bancária conjunta;
- X - registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do segurado;
- XI - anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados;
- XII - apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;
- XIII - ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o segurado como responsável;
- XIV - escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome de dependente;
- XV - declaração de não emancipação do dependente menor de 21 (vinte e um) anos;
- XVI - Ficha cadastro no programa de saúde da família, ou na ficha de paciente de instituição médica/hospitalar; ou
- XVII - Inventário de partilha de bens;
- XVIII - quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.

§ 1º Os três documentos a serem apresentados na forma do caput, podem ser do mesmo tipo ou diferentes, desde que demonstrem a existência de vínculo ou dependência econômica, conforme o caso, entre o segurado e o dependente.

§ 2º Caso o dependente possua apenas um ou dois dos documentos enumerados no caput, deverá ser oportunizado o processamento de Justificação Administrativa - JA.





**Estado de Mato Grosso**  
**Prefeitura Municipal de Nova Xavantina**

---

**Art. 26.** No caso de ausência de 03 (três) dos documentos acima citados, mas presente, ao menos, 01 (um) deles (início de prova material), ou em caso de dúvida fundada da Administração, a comprovação do vínculo de união estável poderá ser realizada por meio de prova testemunhal produzida em justificação administrativa.

**CAPÍTULO IV**  
**Disposições Finais e Transitórias**

**Art. 27.** A ausência do justificante ou de seu procurador previamente intimados por meios idôneos para comparecer à audiência de justificação administrativa, não importará em nulidade do procedimento.

**Art. 28.** Finalizada a instrução pela Comissão, o processo seguirá concluso à autoridade que houver designado a instauração do procedimento, a quem competirá homologar ou não a justificação realizada.

**Art. 29.** A homologação, quanto à forma, é de competência da Comissão de Justificação Administrativa, que deverá elaborar relatório sucinto dos fatos colhidos, mencionando sua impressão a respeito da idoneidade das testemunhas e opinando, conclusivamente, sobre as provas materiais produzidas nos autos.

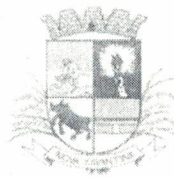
**Art. 30.** A homologação, quanto ao mérito, após manifestação da Comissão de Justificação Administrativa, é de incumbência da **Autoridade Competente para deferimento do benefício ou reconhecimento do objeto da justificação**, que autorizou e solicitou o seu processamento.

**Art. 31.** Os membros da Comissão de Justificação Administrativa farão jus aos benefícios previstos para os membros de comissões temporárias no Estatuto do Servidor Público Municipal, e eventuais gratificações serão custeadas pela PREVINX, ou mesmo na forma de termo de cooperação firmado.

**Art. 32.** Servidores que estiverem prestando serviços à PREVINX por meio de termo de Cooperação estão impedidos de participar da Comissão de Justificação Administrativa.

**Art. 33.** Os casos omissos serão submetidos aos órgãos de controle e assessoramento, com posterior regulamentação por meio de ato conjunto emitido pela Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Curador da PREVINX.

**Art. 34.** A Justificação Administrativa poderá ser processada por meios eletrônicos, conforme procedimentos definidos em ato específico.



**Estado de Mato Grosso**  
**Prefeitura Municipal de Nova Xavantina**

---

**Art. 35.** Revogadas as disposições em contrário.

**Art. 36.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos de forma imediata.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 11 de fevereiro de 2022.

**João Machado Neto – João Bang**  
Prefeito Municipal